



ISPA | Instituto Superior de Psicologia Aplicada

**ESTILOS PARENTAIS E SUPORTE
SOCIAL DA FAMÍLIA
PERCEPCIONADOS POR JOVENS
DELINQUENTES**

MILENE FERREIRA

Orientador de Dissertação

PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MORGADO

Coordenador de Seminário de Dissertação

PROFESSORA DOUTORA LOURDES MATA

Tese subscrita como requisito parcial para obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Educacional

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professor Doutor José Morgado, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Educacional conforme o despacho da DGES, nº 19673/ 2006 publicado em Diário da Republica 2ª série de 26 de Dezembro, 2006.

ESTILOS PARENTAIS E SUPORTE SOCIAL DA FAMÍLIA PERCEPCIONADOS POR JOVENS DELINQUENTES

Milene Ferreira

RESUMO

De acordo com Baumrind (1966), existem três tipos de estilos parentais, que terão diferentes influências em termos de desenvolvimento das crianças e jovens. Neste sentido, procurou conhecer-se a percepção que jovens delinquentes têm do estilo parental, bem como o suporte social da família por eles vivenciado, utilizando as versões traduzidas de *Parental Authority Questionnaire – PAQ* (Buri, 1991) e *Perceived Social Support Family Scale - PSS-Fa* (Procidano & Heller, 2000). Recorreu-se a uma amostra de 70 jovens institucionalizados em estabelecimento prisional, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos. Os resultados obtidos indicam existência de diferenças nos estilos parentais percebidos, obtendo-se pontuações mais elevadas no estilo democrático, logo seguido do estilo autoritário e, com valores um pouco mais baixos, do estilo permissivo. O suporte social familiar médio encontra-se acima do valor médio da escala.

INTRODUÇÃO

A literatura sobre delinquência juvenil tem identificado, ao longo dos tempos, inúmeros factores associados ao desenvolvimento de comportamentos anti-sociais. O contexto familiar surge como um dos factores mais largamente estudados. Glueck e Glueck (1950, citados por Born, 2005) foram pioneiros no estudo da influência familiar no fenómeno da delinquência. Os autores referidos apresentaram a qualidade da vida familiar como um factor associado à delinquência juvenil, tendo outros autores seguido esta linha de investigação (e.g. Cusson, 1990b, citado por Born, 2005; Farrington, 1992b,1997, citado por Born, 2005; Ferreira, 1997, Sampson & Laub, 1993, citados por Born 2005, Sani & Gonçalves, 1999). Caracterizando-se pela sua actualidade, a família continua a apresentar-se como uma peça central no estudo da delinquência.

Por sua vez, Baumrind (1966; 1967, cit. por Born, 2005, Sampaio, 2006, Sprinthal & Collins, 2003) estudou, de forma longitudinal, as interações e relações pais-filhos, estabelecendo uma classificação de três estilos parentais: pais democráticos, pais autoritários e pais permissivos. Estes divergem nas práticas educativas parentais, nos climas afectivos e suportes prestados, tendo consequentemente diferentes influências no desenvolvimento das crianças/ jovens.

Partindo dos estilos parentais definidos por Baumrind (1966), Buri (1991) constrói um questionário de auto-preenchimento para avaliação da percepção do estilo parental, permitindo conhecer a percepção por parte dos jovens acerca das modalidades de interacção que estabelecem com os seus pais.

Com base na família como um factor associado à delinquência juvenil, pretende-se com o presente estudo apurar qual o estilo parental mais frequentemente percebido por jovens delinquentes institucionalizados em estabelecimento prisional. Deseja-se igualmente determinar o suporte social familiar percebido por estes jovens.

Delinquência Juvenil

Do ponto de vista legal, em Portugal considera-se delinquente juvenil “qualquer criança ou jovem acusado ou considerado culpado de ter cometido um delito” (Barra da Costa, 1999), com 12 anos ou mais de idade. Até aos 16 anos, é considerado menor e, como tal, está prevista a aplicação de “medidas tutelares educativas”. A partir dos 16 anos, os actos anti-sociais tornam-se imputáveis e os jovens podem ser submetidos a institucionalizações em estabelecimentos prisionais.

Segundo Born (2005), diferentes perspectivas de investigação procuram compreender o fenómeno da delinquência, nomeadamente a criminológica, a psicossocial, a desenvolvimental e a clínica. A análise efectuada no presente estudo encontra-se mais focalizada na perspectiva psicossocial e desenvolvimental. A perspectiva psicossocial considera que a delinquência é um fenómeno que não pode ser estudado à parte da sociedade em que surge, apresentando-se como comportamento social que deve ser contextualizado. Por sua vez, a perspectiva desenvolvimental procura compreender a delinquência no contexto de vida do sujeito, na sua génese.

Glueck e Glueck (1950, citados por Born, 2005; 1950, citados por Collins & Sprinthall, 2003) realizam um estudo de natureza comparativa e longitudinal, colocando o seu enfoque na família. Estes autores verificam, assim, que a qualidade da vida familiar no grupo de

delinquentes se caracteriza pela desorganização e incoerência, bem como por uma menor “sensibilidade relativamente aos elementos culturais, menos orgulho familiar, menos coesão familiar, menos solidariedade e menos tentativas de melhorar as condições da família.” (Born, 2005, p. 77). As relações pais-filhos apresentam-se muitas vezes desadequadas e, frequentemente, marcadas pela indiferença ou mesmo rejeição. Assim, a supervisão parental é fraca ou inexistente, sendo o estilo de disciplina ou frouxo ou muito severo.

Hirschi (1969, citado por Born, 2005) considerou que são os bons laços sociais que aumentam a probabilidade de os sujeitos não cometerem actos anti-sociais. A vinculação pais-filhos, que se inicia após o nascimento e se prolonga pela vida, leva à aquisição de regras por parte das crianças. O medo de perder o amor dos pais traduz-se numa atitude conformista para com as regras sociais e morais. No seguimento deste facto, a relação de vinculação que se estabelece com os pares e com o “mundo social” será o reflexo desta primeira relação de vinculação.

Cusson (1990b, citado por Born, 2005) vem dar-nos o seu contributo ao considerar que a diminuição de controlo acima referida se prende essencialmente com três factores: família, escola e cidade. A família actual dispõe de pouco tempo, no seu dia-a-dia, para a supervisão e controlo das actividades dos filhos, observando-se alguma permissividade parental. Noutras famílias a autoridade é vivida de uma forma excessiva, acabando por ser desadequada, tal como a permissividade. Ao nível da escola, especialmente nos anos do secundário, estabelecem-se poucas relações de afecto e de proximidade com os adultos da comunidade escolar. O último factor de que nos fala o autor é a cidade, pela sua estrutura e organização particular. Este contexto social (a cidade) poderá impulsionar o aparecimento da delinquência, dado o seu carácter desorganizado, com poucas relações sociais, débil no que toca a regras e com uma “autoridade abstracta”.

Sampson e Laub (1993, citados por Born, 2005; 1988, 1994, citado por Oberwittler & Naplava, 2002) retomam o estudo de Glueck e Glueck (1950, citados por Born, 2005), desenvolvendo um trabalho de recodificação e uma nova análise dos dados desse estudo (análise multivariada). Na reformulação do trabalho daqueles autores, Sampson e Laub (1993, citados por Born, 2005) obtiveram três conclusões, que associaram à delinquência futura do adolescente: a influência do carácter da criança, os factores de *background* estrutural e o controlo social informal exercido pela família. Ou seja, por um lado encontram-se as questões ligadas ao temperamento da criança e, por outro, as características das famílias (o facto de serem numerosas, o baixo nível socio-económico, as práticas educativas autoritárias ou

permissivas, a ausência de supervisão parental), podendo as características da família sofrer influência do *background* estrutural.

Farrington (1992b,1997, citado por Born, 2005) vem reforçar a importância futura, para o envolvimento em comportamentos anti-sociais, da fraca supervisão parental desde a infância, em agregados com poucos recursos e onde a disciplina errática e a negligência se encontram presentes.

Dishion e Patterson (1993, citado por Sani & Gonçalves, 1999) falam-nos, ainda, de processos familiares coercivos que reflectem práticas educativas desajustadas. Estas práticas tornam as crianças desafiantes e com comportamentos agressivos, o que por sua vez leva a que os outros, pares e adultos, os possam rejeitar. Tais comportamentos diminuem o investimento dos pais relativamente aos filhos e fomentam uma menor monitorização das “suas vidas”, o que vai permitir que os filhos se aproximem cada vez mais de outros jovens com comportamentos desviantes.

Em termos de estudos portugueses, alguns autores que se dedicaram à problemática da delinquência (e.g. Ferreira, 1997; Festas, 2002; Sani & Gonçalves 1999) referem a fraca supervisão e controlo, por parte da família e da escola, como possíveis factores facilitadores do envolvimento em comportamentos anti-sociais.

Segundo Ferreira (1997), a família e a escola são os dois primeiros contextos em que os indivíduos estabelecem relações. Quando estes agentes educativos, de alguma forma, não conseguem concretizar os objectivos que lhes estão inerentes, podem comprometer o desenvolvimento dos projectos de vida dos sujeitos. O autor considera necessária a presença de dois factores para o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais: o controlo (ausência de laços sociais fortes) e a exposição à influência dos outros (encontrar-se exposto a comportamentos anti-sociais). Estes factores são vistos como interdependentes, na medida em que, quanto menor for a supervisão, menor será o controlo das aprendizagens grupais.

Sani e Gonçalves (1999) realizaram um estudo com uma população de menores, que foram observados na equipa de Reinserção Social de Braga, e outros que se encontravam institucionalizados no Colégio de Santo António, no Porto. Este estudo baseou-se na literatura que considera a família como o contexto onde emerge o comportamento anti-social da criança, “apontando como principais preditores desse comportamento determinados factores familiares relacionados com: I. as práticas de gestão familiar (supervisão e monitorização parental pobre, disciplina parental errada ou rígida, inexistência de modelos de autoridade

coerente); II. a qualidade dos relacionamentos (desarmonia conjugal – divórcio ou separação, rejeição parental da criança, baixo envolvimento parental, maus tratos); III. e outros aspectos ligados à família, como família numerosa, criminalidade familiar, família monoparental, etc.” (pág. 125). Os autores focalizaram-se nas práticas de gestão e interação familiar para análise dos resultados, verificando, em geral, a inexistência ou inadequação, pela incoerência ou inconsistência, das práticas educativas e dos modos de interação entre pais e filhos.

Barra da Costa (1999), por seu lado, apela para um conjunto de questões sociais, nomeadamente a pobreza, a violência ou a toxicod dependência. O autor faz referência aos dados que indicam que 1/5 das crianças da União Europeia vivem abaixo do limiar mínimo da pobreza, segundo o Relatório de Julho de 1998 da Fundación Cooperation e Educación (ONG espanhola). De acordo com este indicador, as famílias destas crianças, mais orientadas para a necessidade de sobrevivência, apresentam-se desorganizadas, revelando dificuldades em desempenhar as funções parentais e em manifestar disponibilidade para a relação com os filhos. Deste modo, facilitam o envolvimento dos filhos em “carreiras delinquentes” (Barra da Costa, 1999; Ferreira, 1997).

Machado e Rodrigues (1999) realizaram um estudo que lhes permitiu verificar que o perfil sócio-económico das famílias de jovens delinquentes é frequentemente baixo, parecendo encontrarem-se associados problemas sócio-psicológicos, como o alcoolismo, as toxicod dependências, a delinquência, a prostituição e a violência conjugal.

No entanto, Agnew, Matthews, Bucher, Welcher e Keyes (2008) verificaram que a situação económica está fraco-moderadamente associada à delinquência, apresentando-se apenas como factor efectivo quando os sujeitos passam de forma recorrente por dificuldades económicas.

Segundo Jardins (1993, citado por Benavente, 2004), parece existir uma maior prevalência da delinquência ao nível das cidades, como resultado do diminuto número de instituições e organizações locais que controlem/ supervisionem os comportamentos dos jovens. Nesta sequência, Costa (1999, citado por Benavente, 2004) chama a atenção para o facto de populações desfavorecidas e etnicamente minoritárias parecerem ser aquelas em que surgem mais jovens com comportamentos desviantes, devido ao enfraquecimento institucional e dos factores de socialização mais tradicionais.

No que toca às características dos jovens que cometem actos anti-sociais, Rodrigues e Machado (1999) observam no seu estudo que os delinquentes juvenis são na sua maioria do sexo masculino. À semelhança daquilo que é constatado por Barra da Costa (1999), também

estes autores observaram a co-existência de outras problemáticas, como o consumo de álcool e estupefacientes.

Adolescência

Erickson (1968, citado por Palácios, 1990) considerou a adolescência como um período em que os indivíduos se preparam para assumir diferentes papéis característicos da vida adulta, intitulado-o como um período de moratória psicossocial, que se caracteriza, segundo Márcia (1966, 1980, 1986, citado por Costa, 1991), por uma etapa de exploração e investimento. A forma como esta exploração e investimento são realizados reflecte a auto-confiança e estabilidade do adolescente.

Medeiros (2000) refere que a adolescência é marcada por mudanças no pensamento, pela construção de uma identidade própria e de um sistema ético e de valores. Estas mudanças internas passam por um contexto experiencial e macrossocial (a presença de questões sócio-culturais, éticas, políticas, entre outras) promotor das mesmas, verificando-se que, em cada sociedade, existem diferentes expectativas acerca do estatuto e papel do adolescente.

A construção da identidade assume-se como a tarefa central da adolescência, embora não se possa considerar que a construção daquela se inicie ou termine neste período de desenvolvimento (Costa, 1991). Assim, é na adolescência que os sujeitos começam a elaborar a sua história e a interpretar as suas experiências passadas, que lhe permitem encontrar estratégias para encarar os desafios da sua vida.

No período da adolescência o sujeito começa a emancipar-se da família a diferentes níveis: afectivo, sistema de valores, económico, entre outros, construindo uma identidade própria (Relvas, 2000).

Neste sentido, Braconnier e Marcelli (2000, citados por Benavente, 2004), Kammerer (1992, citado por Benavente, 2004) e Relvas (2000) referem a adolescência como um período de reorganização da relação com os pais: por um lado, a necessidade de separação e a conquista da autonomia, por outro, a necessidade de identificação com os pais.

Este vasto conjunto de mudanças pode levar a um sentimento de descontinuidade entre as aprendizagens da infância e o novo “estatuto”, isto é, um Eu que muda dadas as experiências vividas, que passa a assumir e desempenhar novos papéis, construindo uma “sólida identidade

peçoal” (Sprinthall & Collins, 2003, pág. 199). Nesta fase, os pais continuam a desempenhar um importante papel de suporte na vida dos filhos.

Elder (1963, citado por Sprinthall e Collins, 2003) e Baumrind (1968, citado por Sprinthall & Collins, 2003) mencionam que ambientes familiares onde os pais demonstram atitudes responsáveis e de respeito para com os filhos adolescentes, proporcionando-lhes oportunidades para gerir a sua própria responsabilidade e ensinando-os a terem atitudes mais maduras, facilitam a construção de uma identidade própria. Por sua vez, Enright e seus colaboradores (1980, citados por Sprinthall & Collins, 2003) revelam uma associação entre o estilo educativo dos pais e o grau de identidade desenvolvida, ou seja, adolescentes que cresceram em famílias democráticas ou permissivas apresentam maior probabilidade de se sentirem seguros e confiantes. Segundo verificou Gomes da Costa (2007) num estudo com a população portuguesa, pais mais apoiantes e mais compreensivos correlacionam-se sempre com filhos que apresentam comportamentos mais autónomos.

Face à necessidade de autonomia e para satisfazer uma necessidade do jovem, o grupo presta um suporte securizante fora da família (Ferreira & Ferreira, 2000; Relvas, 2000). Birren *et al.* (1981, citados por Relvas, 2000) vem neste sentido afirmar que o grupo permite a separação em relação à família. O grupo apresenta-se, assim, como um espaço de aprendizagem, socialização, solidariedade e compartilha de desafios, não sendo o adolescente um mero receptor passivo do grupo (Relvas, 2000).

Contudo, apesar dos adolescentes sofrerem na sua tomada de decisão a influência dos valores do grupo de pertença, os valores transmitidos pelos pais não deixam de os influenciar, o que revela não existir um corte radical e abrupto. Fierro (1995) defende que os pais continuam a influenciar fortemente as decisões dos filhos, sobrepondo-se à influência dos amigos. Belle (1989, citado por Schaffer, 1996) chama igualmente a atenção para o facto de ser a actividade parental protectora aquela que é mais eficaz nos momentos de tensão. Shaffer (1996) refere ainda que, apesar de na adolescência os jovens criarem estreitas relações de amizade, nos momentos de maior tensão recorrem aos pais como principal fonte de apoio.

No que toca ao termo da adolescência, este não está claramente definido. Todavia, Vallejo-Nágera (2003) propõe os 18 anos, considerando o período 18-20 anos de pós-adolescência. Braconnier e Marcelli (2000) consideram que este final da adolescência é um “momento de consolidação da representação de si próprios enquanto sujeitos” (p. 52).

A adolescência pauta-se então pelo aumento da independência, pela busca de autonomia e de uma identidade com um sistema de valores próprios (Costa, 1991; Ferreira & Ferreira, 2000; Fleming, 1997; Relvas, 2000). Porém, nem sempre estas tarefas são superadas como é desejável para um desenvolvimento ajustado. Em grande parte, os comportamentos delinquentes começam a tomar forma na adolescência, devendo-se isso, segundo Caetano (2002), ao facto de ser neste período “que tudo aquilo que foi construído ao longo dos anos ultrapassa o plano familiar e se projecta no espaço social” (pp. 68-69).

Festas (2002) considera que as atitudes e padrões educativos que os jovens vivenciaram podem não levar ao desenvolvimento de um auto-conceito positivo e da autonomia pessoal. Neste sentido, o adolescente pode desenvolver baixas expectativas acerca de si próprio, característica típica de jovens com percursos anti-sociais, dado que a percepção de si próprio, segundo Costa (1991), leva-o a não se considerar capaz de assumir determinados papéis.

Born (2005) classifica diferentes tipos de delinquência, consoante o período de vida em que se inicia e a sua duração. Em primeiro lugar temos a “delinquência limitada à adolescência”, que está circunscrita à adolescência (dos 12 aos 14/15 anos), que pode acontecer com um “carácter utilitário” e que cessa na juventude/ adultez. Em seguida temos a delinquência que se prolonga pela vida fora, tendo início antes da adolescência e frequentemente associada a problemas comportamentais, dificuldades de aprendizagem, dificuldades na relação com os outros, designadamente em estabelecer uma relação de vinculação com os pais, num primeiro momento, e, mais tarde, com outros adultos e com os pares. Por fim, temos a delinquência ocasional, que acontece de forma esporádica num período específico da vida do sujeito, normalmente na adolescência, não se repetindo ao longo da vida e caracterizando-se por fraca gravidade.

Assim, de acordo com o referido anteriormente, Benavente (2004) e Ferreira (1997) consideram que a delinquência na adolescência deve ser vista como uma forma de defesa da reputação do adolescente perante o grupo, sendo um processo para o desenvolvimento de aquisição de novas formas de socialização. Neste sentido, a delinquência desempenha habitualmente um papel positivo, na medida em que pode permitir ao adolescente clarificar os limites dos seus comportamentos, levá-lo a compreender verdadeiramente o sentido das normas sociais e a tomar conhecimento das sanções que pode sofrer pelo seu desrespeito.

Família

A perspectiva sistémica entende a família como “uma rede complexa de relações e emoções” (Gameiro, 1992, citado por Relvas, 2006), um sistema uno e único, que é mais do que a soma das partes, assemelhando-se a um organismo vivo que está em desenvolvimento, no sentido da evolução e complexificação (Relvas, 2006).

De acordo com Relvas (2006), o ciclo vital da família é constituído por cinco etapas: formação do casal, nascimento do primeiro filho, família com filhos na escola, família com filhos adolescentes e família com filhos adultos. Importa, no entanto, referir que o ciclo vital da família tem vindo a sofrer alterações decorrentes de transformações ao nível da estrutura, organização, dimensão e valores da família, que se têm registado nos últimos 50 anos (Relvas e Alarcão 2002). Assim, para além da família nuclear (ou família biparental) referida no ciclo vital da família, existem actualmente outros tipos de família, por exemplo, a monoparental e a reconstruída.

A constituição de famílias monoparentais apresenta-se como um fenómeno bastante comum nos dias de hoje. Resulta normalmente da ruptura da família nuclear, sendo necessário um reajuste de papéis e funções. Com frequência, o exercício da responsabilidade parental é atribuído à mãe e os filhos mais velhos assumem tendencialmente funções parentais relativamente aos irmãos mais novos.

O estatuto de família monoparental pode não ser definitivo, podendo a qualquer momento ocorrer a reconstituição de uma família - a família reconstruída (Mucchielli, 2002; Relvas e Alarcão, 2002). Nas famílias reconstruídas, após o processo de adaptação, parece não existir indicação de que subsistam quaisquer sequelas. Uma vez que a rede de interações e relações é alargada, dá-se uma complexificação do sistema familiar (Gameiro, 2001).

No que se refere às práticas educativas promovidas no seio familiar, estas têm variado ao longo do tempo e de acordo com os grupos culturais. Baumrind (1966) encontrou três grupos distintos de pais: pais autoritários, permissivos e democráticos. A diferença entre estes três grupos residia na forma como era expressa a sua autoridade para com os filhos e no tipo de afabilidade e tolerância exercida (Sprinthal & Colins, 2003). A influência destes diferentes estilos parentais traduziu-se em crianças com diferentes características: umas eram auto-confiantes, tinham algum auto-controlo, demonstravam curiosidade e pareciam satisfeitas; em contrapartida, outras manifestavam-se desconfiadas e insatisfeitas, apresentando um auto-

conceito e uma auto-confiança baixos (Baumrind, 1966; Baumrind, 1967, citado por Sprinthal & Colins, 2003).

As famílias autoritárias caracterizam-se pela exigência e controlo, resultando na obediência e conformismo dos filhos. Pautam-se por uma constante tentativa de promover nos filhos padrões de comportamento perfeito, no sentido de impedir o desrespeito pela autoridade, aplicando quando necessário medidas punitivas. O ambiente emocional é caracterizado, muitas vezes, pela frieza e distância, pela ausência de estímulo e de reforço positivo. As crianças tornam-se frequentemente submissas e dependentes, parecendo não se empenhar na conquista de objectivos (Baumrind 1966; Baumrind, 1967, citado por Born, 2005; Sampaio, 2006; Shaffer, 1996; Sprinthal & Colins, 2003). Neste ambiente familiar, a autonomia que é necessária à tomada de decisão nem sempre é desenvolvida (Ferreira, 1997).

As famílias permissivas são compreensivas e afectuosas, são tolerantes e pouco exigentes para com os filhos. Nas suas interacções, tendem a utilizar a razão e a persuasão, manifestando dificuldade em estabelecer limites aos filhos. As crianças oriundas destes contextos familiares são auto-confiantes e independentes, porém mostram-se menos responsáveis em termos sociais. Alguns dos pais permissivos passaram por uma educação autoritária e, como que numa atitude reactiva, enquanto pais procuram ser diferentes. Por vezes, como consequência da ausência de controlo e limites, sujeitam-se à manipulação por parte dos filhos, podendo ser este o padrão de funcionamento desenvolvido (Baumrind, 1966; Baumrind, 1967, citado por Born, 2005; Sampaio, 2006; Shaffer, 1996; Sprinthal & Colins, 2003).

Finalmente, as famílias democráticas apresentam características dos dois primeiros estilos descritos, existindo exigência e firmeza, mas simultaneamente respeito pelas necessidades e interesses dos filhos. Deste modo, gera-se uma interacção familiar de respeito mútuo e um esforço, por parte dos pais, em escutar e compreender os filhos, construindo-se, assim, um ambiente emocional caloroso e de aceitação (Baumrind, 1966; Baumrind, 1967, citado por Born, 2005; Sampaio, 2006; Shaffer, 1996; Sprinthal & Colins, 2003). Na visão de Elder (1963, citado por Sprinthal & Colins, 2003), a autoridade é legitimada pelos pais democráticos através do debate de ideias e da negociação. Por um lado, esta atitude promove a capacidade de argumentação dos filhos e estimula a sua autonomia; por outro lado, permite que sejam aceites as suas decisões enquanto pais. Baumrind (1966; 1967, citado por Sprinthal & Colins, 2003) caracteriza as crianças de famílias democráticas como mais auto-confiantes e auto-controladas, com um maior grau de curiosidade e satisfação face às crianças educadas segundo os outros estilos parentais.

Baumrind (1967, citado por Shaffer, 1997; Sprinthal & Collins, 2003) e Elder (1963, citado por Sprinthal & Collins, 2003) referem a manutenção na adolescência das diferentes características observadas na criança. Com efeito, alguns adolescentes desenvolvem gradualmente uma certa independência, autonomia e um Eu forte (pais democráticos), outros, pelo contrário, são submissos e obedientes (pais autoritários), e outros ainda negociam os limites impostos, relativizando as regras (pais permissivos).

Festas (2002) refere que ambientes autoritários e permissivos não são favoráveis ao desenvolvimento de um auto-conceito positivo. As relações autoritárias e de constrangimento são contraproducentes à compreensão das regras, uma vez que este tipo de relações não apela à participação e à negociação das regras com os jovens. Por outro lado, uma educação demasiado permissiva, onde haja ausência de regras, também não favorece o respeito pelos outros e pelos seus pontos de vista. Para Sampaio (2006), as famílias consideradas eficazes são aquelas que conseguem criar um ambiente de respeito recíproco, sendo que os filhos deverão partilhar com os pais as suas vivências, sem cair numa dependência e superprotecção excessiva.

Quando foram expostas no presente trabalho as teorias sobre a génese da delinquência, faz-se referência à supervisão e ao controlo parental como estando associados ao fenómeno da delinquência juvenil (Glueck & Glueck, 1950, citados por Born, 2005; Cussan, 1990b, citado por Born, 2005; Farrington, 1992b, 1997, citado por Born, 2005; Ferreira, 1997; Sani & Gonçalves, 1999). Estes dois aspectos assumem grande importância, na medida em que vários estudos realizados (e.g. Sani & Gonçalves, 1999) evidenciaram que as práticas educativas dos pais de jovens que cometem actos desviantes baseiam-se quer numa autoridade extrema, passando por processos coercivos, quer na permissividade parental. Foram também apresentadas como factor da delinquência juvenil as fracas redes de suporte, tanto na família como nas outras relações estabelecidas pelos sujeitos (Hirschi, 1969, citado por Born, 2005).

A situação das famílias monoparentais, no que concerne ao envolvimento dos filhos em comportamentos delinquentes, foi alvo particular de investigação, parecendo não existir ainda consenso. Um progenitor sozinho poderá ser, à partida, considerado menos competente na educação, supervisão e controlo do(s) filho(s). Aebi (1997, citado por Mucchielli, 2002) concluiu que, em termos da supervisão parental, não existem diferenças significativas entre as famílias nucleares e as monoparentais. O autor cita um estudo realizado no Québec em que se verificou que, apesar de as mães educarem sozinhas os filhos e, em geral, passarem menos tempo com eles, esse tempo é intenso, empreendendo esforços no sentido de evitar que estes

se envolvam em comportamentos menos desejáveis. Mucchielli (2002) refere um estudo de 1999, realizado em França (Centre d'Étude et de Recherches sur l'Administration Territoriale, Grenoble), que vem corroborar os resultados do estudo anteriormente focado. Nesse estudo obtiveram-se resultados praticamente nulos no que concerne à relação entre delinquência e estrutura familiar (o estudo foi realizado com famílias nucleares, monoparentais por viuvez e divórcio/ separação e ainda famílias reconstruídas).

Importa ressaltar, no entanto, que existem estudos onde foi encontrada uma relação significativa entre família dissociada e comportamentos problemáticos (absentismo escolar, indisciplina na sala de aula) e maior probabilidade de consumo de substâncias ilícitas (Wells e Ranking, 1991, citados por Mucchielli, 2002). Brown e Demuth (2004) verificaram no seu estudo que os filhos de famílias monoparentais são significativamente mais delinquentes que os seus pares de famílias nucleares. Martin (1997, citado por Mucchielli, 2002) indica que o divórcio pode facilitar o envolvimento na delinquência, na medida em que a nova família pode vir a debater-se com dificuldade económicas, que são especialmente frequentes em agregados cujo progenitor é detentor de baixa formação académica.

Para Mucchielli (2002), todavia, é mais importante considerar-se as famílias numerosas como um factor a ter em conta no desenvolvimento de comportamentos delinquentes.

No entanto, na visão de Ferreira (1997), é valorizado como factor protector a desaprovação pelos pais de comportamentos anti-sociais. Deste modo, quanto maior o grau de intensidade de desaprovação dos comportamentos anti-sociais dos filhos, menor a probabilidade de assimilação de definições favoráveis a comportamentos anti-sociais.

Suporte social

Alarcão (1998, 2006), Ferreira e Ferreira (2000), Festas (2002) e Schaffer (1996) consideram a família como o contexto fundamental para o crescimento físico e psicológico, facilitador das aprendizagens da criança, apresentando-se os pais como os primeiros agentes de socialização e, como tal, a “base da vida social” (Alarcão, 2006, página 37). Será também esta a rede em que os sujeitos se encontram inscritos e em que serão acolhidos, contidos e apoiados, ao longo da sua vida.

Ferreira e Ferreira (2000) consideram que, no momento em que os sujeitos iniciam a frequência escolar, os amigos começam a ganhar importância, sendo a escola o segundo contexto em termos de suporte social. Contudo, é ao atingir a adolescência que os amigos se

tornam uma peça fundamental, chegando os adolescentes a passarem mais tempo com os amigos, do que com a própria família. Deste modo, Relvas (2000) e Vallejo-Nágera (2003) consideram o grupo de pares um espaço em que os adolescentes encontram suporte para as suas angústias e conflitos, especialmente quando a família é uma rede que se encontra sobrecarregada. Este facto leva muitas vezes a que os sujeitos necessitem de encontrar outros nichos de suporte (Alarcão, 1998).

A família tem um papel fundamental na socialização das crianças e adolescentes e, como tal, surge como um factor preponderante para prevenção do envolvimento na delinquência (Oberwittler & Naplava, 2002). Ingran, Patchin, Huebner, McCluskey e Bynum (2007) realizaram um estudo com uma amostra de pré-adolescentes, verificando que as variáveis associadas aos pais (estrutura familiar, vinculação aos pais e supervisão parental) apenas se relacionariam indirectamente com a delinquência, sendo a relação com os pares que exerceria uma forte influência e um efeito directo.

Outra das características das famílias com filhos delinquentes juvenis é a presença de carências sócio-económicas, que se manifestam frequentemente por um fraco suporte social, dado estas famílias concentrarem os seus esforços na necessidade de sobrevivência (Machado & Rodrigues, 1999).

Kivivuori e Salmi (2006) constataram que o baixo suporte parental, baixo controlo dos professores e baixa confiança interpessoal encontram-se associados ao comportamento anti-social. Kemp, Scholter, Overbeek e Engels (2006), num estudo com adolescentes holandeses, observaram que níveis mais elevados de apoio e acompanhamento dos pais estão associados à diminuição dos níveis de delinquência na adolescência.

Os estudos referidos (Kemp et al., 2006; Kivivuori e Salmi, 2006; Machado & Rodrigues, 1999) indicam que o envolvimento na delinquência é caracterizado por um menor suporte prestado pelos pais, podendo estes jovens estabelecer uma relação de maior proximidade com jovens anti-sociais.

Hipóteses e Questões

Baumrind (1966) encontrou no seu estudo três estilos parentais, que se pautam por diferentes climas afectivos e diferentes formas de expressão da autoridade. As práticas educativas dos diferentes estilos teriam repercussões ao nível do desenvolvimento dos filhos, tanto a um nível afectivo, como a um nível social (Baumrind, 1967, citado por Sprinthal & Collins, 2003;

Elder, 1963, citado por Sprinthal & Collins, 2003). De acordo com o anteriormente referido, Ferreira (1997), Festas (2002), Sani e Gonçalves (1999), entre outros autores, apontam no sentido da existência de uma relação entre as práticas educativas e o envolvimento dos jovens portugueses em comportamentos anti-sociais.

No presente estudo pretende-se caracterizar uma população de jovens delinquentes que se encontram institucionalizados, focalizando-se essa caracterização no estilo parental percebido ao longo das suas vidas. De acordo com a literatura consultada para este trabalho, nomeadamente Festas (2002), a qual considera o estilo autoritário e o permissivo como os estilos parentais que mais frequentemente se encontram associados à delinquência, estabelece-se como primeira hipótese: os jovens delinquentes apresentam valores mais elevados nos estilos parentais autoritário e permissivo (H1).

Sani e Gonçalves (1999) apresentaram como um dos preditores da delinquência a *qualidade dos relacionamentos*, que se caracteriza pelo nível de envolvimento pais-filhos. No caso da delinquência, o envolvimento é caracteristicamente baixo, podendo mesmo implicar a rejeição dos filhos (Dishion & Patterson, 1993, citados por Sani & Gonçalves, 1999). Outros autores referiram igualmente o fraco suporte parental como um factor associado à delinquência (e.g. Kivivuori & Salmi, 2006; Machado & Rodrigues, 1999). Desta forma, coloca-se como segunda hipótese: os jovens delinquentes apresentam valores mais baixos na sua percepção de suporte familiar (H2).

Decorrente da literatura considerada para este trabalho, no respeitante à estrutura familiar e à supervisão parental não existe consenso. Aebi (1997, citado por Mucchielli, 2002) verificou não existirem diferenças significativas na supervisão entre famílias nucleares e monoparentais, no entanto Wells e Ranking (1991, citado por Mucchielli, 2002) verificou uma relação significativa entre a família dissociada e comportamentos problemáticos. Enquanto que Brown & Demuth (2004) constaram que filhos de famílias monoparentais são significativamente mais delinquentes que os seus pares de famílias nucleares. Assim, de acordo com os dados recolhidos que caracterizam a amostra, designadamente o tipo de estrutura familiar, procura-se explorar se as diferentes estruturas familiares se reflectem na percepção dos jovens acerca do estilo parental e do suporte social da sua família, levantando-se as seguintes questões de investigação:

Questão 1: Será que a percepção dos estilos parentais difere consoante o tipo de estrutura familiar?

Questão 2: Será que a percepção do suporte social parental difere consoante a estrutura familiar?

MÉTODO

Participantes

O processo de amostragem utilizado foi a *amostragem não aleatória*, tendo sido seleccionados, pelos serviços prisionais, 100 participantes, com idades compreendidas entre os 16 e os 22 anos de idade. Os sujeitos seleccionados apenas participariam se o desejassem, podendo recusar-se a participar ou desistir durante o preenchimento do questionário, ficando o número de sujeitos condicionado pela intenção de participação dos jovens.

Deste modo, a amostra ficou reduzida a 70 participantes do género masculino, com uma idade média de 20,20 anos (idade mínima 18 e máxima 24), verificando-se que o período médio de tempo de institucionalização era 29,82 meses, ou seja, dois anos e seis meses aproximadamente, constatando-se ainda que 58,8% está preso há mais de um ano e há menos de três anos.

TABELA 1: Período de tempo de institucionalização dos participantes no Estabelecimento Prisional de Leiria.

Tempo de institucionalização (anos)	Participantes (em %)
≤ 1 ano	13,8%
> 1 ano a ≤ 2 anos	30,9%
> 2 anos a ≤ 3 anos	27,9%
> 3 anos a ≤ 4 anos	10,3%
> 4 anos a ≤ 5 anos	16,2%

Em termos criminais, a amostra subdivide-se em dois grupos: aqueles que já estiveram em instituições de reinserção ou presos – reincidentes – e os que se encontram a cumprir pena pela primeira vez – primários. Assim, temos um total de 53 sujeitos primários (76,8%) e um total de 16 reincidentes (23,2%).

Os participantes têm como origem geográfica predominantemente Lisboa (35,7%) e Porto (24,3%). Os restantes participantes são oriundos de cidades do resto do país, salientando-se o

facto de Sintra (5,7), Amadora (5,7) e Almada (4,3) serem as cidades que mais se destacam e encontrarem-se integradas na área metropolitana da grande de Lisboa.

A escolaridade dos participantes do estudo varia entre 2º e 11º ano de escolaridade, verificando-se que 15,2% têm o 1º ciclo completo, 30,3% têm o 2º ciclo completo, 10,6% completaram o ensino básico (9º ano de escolaridade) e, finalmente, 7,2% frequentaram o ensino secundário, mas não o completaram. Os restantes jovens frequentam ou frequentaram um dos três ciclos, mas não concluíram.

Os resultados encontrados demonstram que 36,2% é membro de uma família monoparental, vivendo com irmãos e com um dos progenitores, seguindo-se as famílias nucleares (pai, mãe e irmãos) com 33,3%, e com um valor menos elevado, as famílias reconstruídas (mãe, padrasto, irmãos e meios-irmãos ou pai, madrasta, irmãos e meios-irmãos) – 11,6%. Com menos frequência aconteceu os participantes serem oriundos de Lares de Acolhimento, existindo apenas um sujeito (1,4%) nessa condição e dois sujeitos (2,9%) que já constituíram a sua própria família.

Em termos de fratria, verifica-se que o número mínimo de irmãos é de 1 irmão e o número máximo é de 14 irmãos. Assim, em média os participantes têm 4,5 irmãos, sendo que 54,8% dos participantes têm entre um a quatro irmãos. Relativamente à posição na fratria, estes jovens aparecem, com maior frequência, na posição de “irmão do meio” (60%), seguido de irmão mais velho (26%) e irmão mais novo (14%).

As habilitações literárias dos pais dos jovens delinquentes que participaram no estudo são predominantemente baixas, sendo que 70,0% apenas terminou o 1º ciclo, 12,5% concluiu o 9º ano, um pai tem o 12º ano e outro (2,5%) concluiu o ensino universitário. É ainda de referir que o grau de analfabetismo é de 2,5% (um pai). As mães têm idênticamente habilitações literárias baixas, ou seja, existe um grau de analfabetismo de 6,7%, cerca de 62,2% terminaram o primeiro ciclo do ensino básico, 4,4% concluiu o segundo ciclo do ensino básico, 4,4% iniciou o ensino secundário (10º ano de escolaridade) e 4,4% concluiu um curso do ensino superior.

No que concerne às profissões dos pais, estas encontram-se distribuídas pelos vários sectores económicos (primário, secundário e terciário), concentrando-se especialmente ao nível do sector secundário (carpinteiro, jardineiro, marceneiro, operário fabril, operário de construção civil, pedreiro, pintor, servente e sucateiro), cerca de 40%. No caso das mães, as profissões centram-se no sector terciário, sendo que 58% trabalha ao nível dos serviços.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados no presente estudo foram: *Parental Authority Questionnaire* (Buri, 1991) – Anexo 1 –, e *Perceived Social Support Family Scale* (Procidano & Heller, 2000) – Anexo 2.

O *Parental Authority Questionnaire (PAQ)* permite avaliar a percepção que os jovens têm do estilo parental praticado ao longo das suas vidas familiares. Este instrumento foi construído por John Buri em 1991. A versão portuguesa utilizada é resultado da tradução realizada por Miguel (2005) e Machado (2005). Tal como na versão original, a versão portuguesa é constituída por 30 itens de auto-preenchimento. O questionário mede três dimensões, nomeadamente: estilo autoritário (itens 2, 3, 7, 9, 12, 16, 18, 25, 26, 29), estilo permissivo (itens 1, 6, 10, 13, 14, 17, 19, 21, 24, 28) e estilo democrático (itens 4, 5, 8, 11, 15, 20, 22, 23, 27,30) (Buri, 1991).

Em cada item, os jovens institucionalizados deverão responder em que grau concordam ou discordam da afirmação, distribuindo-se a pontuação da seguinte forma: “discordo totalmente” - 1 ponto, “discordo” - 2 pontos, “não concordo, nem discordo” - 3 pontos, “concordo” - 4 pontos, “concordo totalmente” - 5 pontos (Buri, 1991). Assim, o valor mínimo que se pode obter em cada dimensão é de 10 pontos e o valor máximo de 50, através do somatório do valor atribuído a cada resposta. A dimensão em que se obtém um valor mais elevado corresponde ao estilo parental percebido pelo jovem.

No que se refere à consistência interna do questionário PAQ, encontraram-se os seguintes Alfas de Cronback (Anexo 5): na dimensão estilo parental autoritário 0,740; na dimensão estilo parental permissivo 0,636; na dimensão estilo parental democrático 0,721. Os valores de Alfa do questionário original são mais elevados, variando entre 0,74 e 0,87. Porém, ao compararmos com os Alfas encontrados por Machado (2005) na população portuguesa, estes são ligeiramente mais baixos (variando entre 0,743 e 0,669).

A *Perceived Social Support Family Scale (PSS-Fa)* avalia a percepção que os jovens têm do suporte social familiar e foi construída por Procidano e Heller (1983), tendo sido traduzida para Português por Machado (2005) e Miguel (2005).

A PSS-Fa (versão traduzida) é constituída por 20 itens, tal como a original, podendo-se obter uma pontuação mínima de zero pontos e máxima de vinte. A cotação da PSS-Fa realiza-se

atribuindo zero pontos quando os participantes respondem “não sei”, um ponto se responderem “não” aos itens 3, 4, 16, 19 e 20 e um ponto se responderem “sim” aos restantes. Quanto mais elevada for a pontuação total obtida, maior a percepção do suporte social familiar; inversamente, quanto mais baixa a pontuação, menor é o suporte social familiar percebido (Procidano & Heller, 1983).

A consistência interna obtida neste estudo considera-se boa, apresentando um Alfa de Cronback de 0,784 (Anexo 5). No entanto, comparativamente com a escala original (0,88 e 0,91), os valores de Alfa apresentam-se mais baixos, tal como os obtido por Machado (2005), (0,834).

Procedimento

Inicialmente procedeu-se ao pedido de autorização à Direcção Geral dos Serviços Prisionais para recolha de dados, através de questionário e escala, junto de jovens delinquentes institucionalizados. No seguimento da autorização, definiu-se junto do Estabelecimento Prisional de Leiria a forma de recolha dos dados, ficando o referido Estabelecimento responsável pela selecção dos sujeitos, segundo o critério da idade, seleccionando-se os mais jovens que ali se encontravam institucionalizados.

A participação dos sujeitos foi solicitada quando os guardas prisionais os foram buscar às respectivas celas para procederem ao preenchimento dos questionários, sendo que alguns dos sujeitos seleccionados recusaram-se de imediato a participar e outros desistiram da participação durante o preenchimento dos instrumentos. Os sujeitos foram reunidos nos refeitórios de cada ala, distribuindo-se a folha de rosto (Anexo 3), o questionário e a escala. As instruções foram lidas em voz alta, foram esclarecidas as dúvidas colocadas e iniciou-se o preenchimento. A recolha decorreu em dois momentos temporais distintos.

Com vista ao tratamento dos resultados obtidos, estes foram introduzidos numa folha de cálculo em Excel.xls e, posteriormente, importados para SPSS, onde se procedeu ao tratamento dos dados. Foi realizada uma análise descritiva e estatística dos resultados do questionário e da escala respondidos, através do Teste de Friedman e Kruskal-Wallis, no caso dos dados do questionário.

RESULTADOS

Com o objectivo de responder à primeira hipótese (os jovens delinquentes apresentam valores mais elevados nos estilos parentais autoritário e permissivo), realizou-se a comparação dos valores médios obtidos para cada uma das dimensões do questionário, tendo-se verificado que o estilo parental que manifesta um valor médio mais elevado é o democrático, seguido do autoritário. Consequentemente, o permissivo obtém valores mais baixos, conforme se pode verificar na tabela 2.

TABELA 2: Expressão dos resultados da percepção dos sujeitos acerca do estilo parental vivenciado.

Estilo Parental	Média	Desvio Padrão
Democrático	35,86	5,54
Autoritário	34,93	6,47
Permissivo	30,83	6,03

Dados os resultados obtidos, realizou-se o Teste de Friedman (Anexo 6) para verificar a possibilidade de diferenças significativas nos valores encontrados. Constatou-se que, pelo menos, uma das dimensões apresenta valores significativamente diferentes ($X^2(2)= 33.562$; $p<0,001$) das restantes. A primeira hipótese levantada é, assim, rejeitada.

A segunda hipótese levantada (“Os jovens delinquentes apresentam valores mais baixos na sua percepção de suporte familiar”) é igualmente rejeitada, dado que o suporte social médio da família percebido não é baixo ($m=12,33$; $dv= 4,078$), não sendo inferior a 10 (a escala varia entre 0 e 20). Porém, também não se pode considerar muito elevado. De acordo com os dados obtidos, poder-se-á dizer que os sujeitos percebem o suporte social da família como superior ao valor médio da escala (Anexo 7).

Em relação à primeira questão de investigação, “Será que a percepção dos estilos parentais difere consoante o tipo de estrutura familiar?”, verifica-se que apenas a estrutura familiar monoparental é percebida como mais autoritária, aparecendo seguida dos estilos democrático e permissivo (Tabela 3). Todavia, ao realizar-se o teste de Kruskal-Wallis, não se encontram diferenças significativas na dimensão do estilo democrático ($X^2(3)= 1,712$; $p=0,634$), nem na dimensão do estilo autoritário ($X^2(3)= 1,378$; $p=0,711$), tão-pouco na

dimensão do estilo permissivo ($X^2(3) = 3,358; p = 0,349$). Logo, não parecem existir diferenças na percepção do estilo parental em função da estrutura familiar (Anexo 8).

TABELA 3: Comparação dos valores médios obtidos nas três dimensões em função do tipo de estrutura familiar dos jovens delinquentes.

Tipo Família	Estilo Parental Percepcionado			<i>n</i>
	Democrático	Autoritário	Permissivo	
Nuclear	37,09	34,82	29,59	22
Reconstruída	36,13	32,75	29,13	8
Monoparental	35,04	35,42	30,79	24
Substituto Parental	35,20	33,60	33,80	10

No que concerne à segunda questão, “Será que a percepção do suporte social parental difere consoante a estrutura familiar?” (Anexo 9), observa-se que na família nuclear é onde existem valores mais elevados de suporte, diminuindo este quando a família é reconstruída ou monoparental (Tabela 4).

TABELA 4: Comparação dos valores médios de suporte obtidos na escala PSS-Fa em função do tipo de estrutura familiar dos jovens delinquentes.

Tipo Família	PSS-Fa	<i>n</i>
Nuclear	14,22	23
Reconstruída	12,13	8
Monoparental	11,84	25

DISCUSSÃO

Neste estudo procurou-se aferir que estilos parentais podiam estar associados ao envolvimento na delinquência, sendo que inúmeros autores apontam as práticas educativas como um factor preponderante. No entanto, a primeira hipótese colocada, que remetia para que jovens delinquentes apresentassem valores mais elevados na percepção do estilo parental autoritário e permissivo, é rejeitada, sendo o estilo democrático aquele que regista valores mais elevados.

Embora o estilo parental percebido com valores médios mais elevados tenha sido o democrático, o estilo parental autoritário encontra-se imediatamente a seguir, o que de alguma forma acaba por estar de acordo com o esperado.

Contrariando as expectativas pré-estabelecidas que apontavam no sentido de ser o estilo parental democrático o menos percebido, pode encontrar-se explicação para o resultado obtido noutros factores, designadamente o contributo do grupo de pares para o envolvimento em comportamentos anti-sociais, as dificuldades económicas, as implicações decorrentes da institucionalização em estabelecimento prisional, a recordação de memórias passadas e os enviesamentos do próprio instrumento de investigação (PAQ).

Em relação à associação da família e do grupo de pares no envolvimento em comportamentos delinquentes, constatou-se num estudo realizado por Ingram et al. (2007) que, embora a delinquência esteja associada a características da família, estas só parecem influenciar indirectamente o envolvimento em comportamentos delinquentes, e que será a relação com os pares que exerce uma maior influência. Deste modo, o estilo parental poderá não estar directamente associado ao envolvimento destes jovens na delinquência.

As dificuldades económicas referidas por Agnew et al. (2008) e Barra da Costa (1999) poderão igualmente explicar os resultados obtidos. Os agregados familiares dos jovens que participaram no estudo caracterizaram-se por baixa escolaridade e agregados familiares numerosos, estando estes dois factores possivelmente associados a carências económicas. O envolvimento dos jovens em comportamentos anti-sociais poderá assumir-se como forma de sobrevivência, não sendo necessariamente o estilo parental a estar em causa.

O jovem poderá encontrar-se, no próprio seio familiar, exposto a comportamentos delinquentes, sendo o modelo familiar a fomentar este tipo de comportamentos (Ferreira, 1997; Machado e Rodrigues, 1999), independentemente do estilo parental percebido.

Por outro lado, estes sujeitos encontram-se numa situação de privação da liberdade, em que a totalidade dos aspectos da vida diária do sujeito está circunscrita àquele local. A disciplina que caracteriza o universo prisional organiza os sujeitos nos espaços e estabelece as suas rotinas (Gonçalves, 2000). Os sujeitos vivem sob ameaça, sanções físicas e psicológicas, tendo um reduzido conjunto de papéis a desempenhar e vivendo num sistema altamente regulado pelo autoritarismo. Este autoritarismo extremo poderá contribuir para a relativização do eventual autoritarismo vivenciado pelos sujeitos antes da institucionalização, nas suas próprias casas. Com efeito, face ao autoritarismo vivido na prisão, estes jovens podem sentir a

antiga relação pais-filhos como menos negativa do que ela poderá ter sido na realidade.

Os estados emocionais e a recordação de memórias não podem deixar de ser tidos em consideração. Em termos da instrução, foi solicitado aos sujeitos que recordassem as suas vivências familiares antes da institucionalização, sendo que a memória é afectada pelos estados emocionais que tem associados, tal como a recuperação dessa informação é igualmente afectada pelo estado emocional do momento em que se recorda (Pinto, 1998).

De acordo com Machado (2005), refere-se ainda que o questionário PAQ pode sofrer de enviesamentos causados pela desejabilidade social, sendo este um factor que poderá ter conduzido a valores mais elevados na dimensão estilo parental democrático.

Relativamente ao suporte social da família, a segunda hipótese estabelecida pressupunha que os jovens delinquentes apresentariam valores mais baixos na sua percepção de suporte familiar. Esta hipótese partiu do observado em Dishion e Patterson (1993, citados por Sani & Gonçalves, 1999), que na génese da delinquência consideram estarem presentes práticas educativas desajustadas, sob a forma de processos coercivos. Para além disso, importa referir que também Kivivuori e Salmi (2006) referem ter encontrado no seu estudo um baixo suporte parental no caso de jovens delinquentes.

Contudo, os resultados encontrados remetem para o inverso das constatações dos autores acima referidos, ou seja, os jovens delinquentes objecto do nosso estudo consideraram o suporte social prestado pelos pais como acima da média.

Poderemos, porventura, encontrar explicação para os resultados obtidos com base nos valores encontrados da percepção do estilo parental. Assim, se o estilo mais percebido é o democrático, será de esperar nestas famílias um ambiente caloroso e de aceitação, em que existe um elevado suporte familiar, dado que este estilo se caracteriza por uma interacção familiar de respeito mútuo, de escuta e compreensão dos filhos (Baumrind, 1966; Baumrind, 1967, cit. por Shaffer, 1996; Sprinthal & Colins, 2003; Born, 2005; Sampaio, 2006).

Em última análise, os resultados obtidos nos dois instrumentos são congruentes entre si, embora não estejam de acordo com o esperado para esta população, segundo a literatura considerada.

A família é a primeira rede de suporte em que os indivíduos se encontram inseridos, onde são acolhidos e contidos (Shaffer, 1996; Alarcão, 1998; Ferreira & Ferreira, 2000). Embora na

adolescência o grupo de pares assumam um importante papel, alguns autores (Fierro, 1995; Shaffer, 1996) defendem que os pais não deixam de ter influência nas decisões dos filhos e são, nos momentos de tensão, quem os filhos procuram em busca de suporte e apoio.

O facto de Machado e Rodrigues (1999), ao caracterizarem as famílias de jovens delinquentes, referirem a associação da presença de comportamentos desviantes dentro da família (delinquência, prostituição), pode explicar o valor obtido na percepção de suporte familiar pelos jovens. Nestes contextos familiares, o comportamento delincente pode ser valorizado e apoiado pela própria família.

No que diz respeito à caracterização familiar (Questão 1), o tipo de estrutura familiar que obteve uma percentagem mais elevada foi a família monoparental, o que não vai ao encontro da literatura consultada. Por exemplo, na caracterização que Machado e Rodrigues (1998) realizaram no seu estudo, verificaram que tendencialmente os delinquentes juvenis se encontram integrados em famílias nucleares. Em termos estatísticos, não foram encontradas diferenças significativas entre as dimensões do questionário e a estrutura familiar, o que está de acordo com o referido por Aebi (1997, citado por Mucchielli, 2002) e Mucchielli (2000), ou seja, estes autores defendem não existir diferenças nas práticas educativas dos diversos tipos de estrutura familiar, que conseqüentemente não se reflecte no estilo parental percebido.

Ao realizar uma análise em função da estrutura familiar face ao suporte social, verificou-se que os valores mais elevados de percepção de suporte se encontravam nas famílias nucleares, seguidas das famílias reconstruídas e, por fim, das monoparentais. Assim, dando resposta à questão de investigação que pretendia perceber se o suporte social da família difere consoante a estrutura familiar (Questão 2), verifica-se que os valores diferem, embora, dada a natureza dos dados, apenas tenha sido possível realizar uma análise descritiva. No que se refere às diferentes implicações que as várias estruturas familiares possam ter na vida dos sujeitos, não há consenso dos investigadores, como já foi anteriormente referido.

Em termos de enviesamentos, importa referir a desejabilidade social a que o questionário era susceptível, bem como as questões de representatividade, sendo que ficou definido à partida que, para se obter participantes para o estudo pertencentes a uma população delincente, seria

necessária uma amostragem por conveniência. Segundo Maroco e Bispo (2003), a representatividade da presente amostra é posta em causa.

Outro factor que poderá ter causado enviesamentos é o facto de alguns sujeitos que participaram no estudo terem referido que só aceitaram responder ao questionário para saírem das celas, podendo ter respondido aos questionários de forma aleatória, colocando, deste modo, em causa a veracidade dos resultados.

Com o objectivo de controlar enviesamentos, seleccionaram-se os questionários e escalas aplicados em que tivesse sido respondido a um número mínimo de itens. Deste modo, foram retirados da amostra os sujeitos que não tivessem respondido a dois itens ou mais por dimensão na PAQ, assim como todos os sujeitos que não tivessem respondido a mais de dois itens na PSS-Fa. No total, foram retirados apenas três participantes.

Dadas as limitações e enviesamentos referidos, num trabalho futuro seria pertinente aumentar o número de sujeitos objectos de estudo, bem como procurar realizar a recolha em diversos estabelecimentos prisionais, de forma a aumentar a representatividade da amostra.

Outras possibilidades ao nível dos instrumentos utilizados poderão ser tidas em conta no futuro, designadamente a aplicação de outros questionários que permitam corroborar a consistência dos resultados. O modelo de aplicação colectiva poderia ser alterado para uma aplicação individual, utilizando-se eventualmente uma entrevista, com questões que permitissem aferir informações acerca da estrutura familiar e da história de vida de cada sujeito. Estas entrevistas individuais possibilitariam uma análise mais fina das características individuais e uma fundamentação mais consistente dos resultados obtidos, nomeadamente aqueles que não se encontram de acordo com a literatura consultada.

De uma forma geral, salientam-se das características dos participantes os baixos níveis de escolaridade, o que é típico (Born, 2005; Shaffer, 1994, citado por Sani e Gonçalves, 1999), visto que os delinquentes juvenis têm frequentemente problemas académicos e comportamentais, assim como fracas competências sociais. Por outro lado, o insucesso escolar e a presença de um sentimento de frustração relativamente às actividades escolares diárias facilita a criação duma «subcultura de rejeição escolar» (Ferreira, 1997, p. 923), que conduz frequentemente ao abandono escolar precoce, o qual por sua vez se traduz num trabalhador com pouca ou nenhuma qualificação. Assim, um baixo envolvimento familiar, o aumento do insucesso académico e as fracas competências sociais desenvolvidas promovem, no seu conjunto, uma maior rejeição social e facilitam o envolvimento em condutas anti-

sociais (Sani & Gonçalves, 1999).

A escola como fonte de socialização secundária deveria permitir identificações e integrações positivas, que reforçassem as orientações convencionais, mesmo nos casos em que a família dos sujeitos não prestou esta orientação (Ferreira, 1997).

Muitos dos jovens que se encontram institucionalizados são oriundos de meios desfavorecidos. Enquanto crianças deveriam ter sido protegidos, no entanto, alguns deles aos 16 anos já se encontram a cumprir pena, sem que aparentemente tenham sido alvo de uma intervenção primária. A promoção atempada de competências parentais e um melhor suporte ao nível das estruturas educativas em que as crianças/ jovens se inserem poderão ajudar a traçar outros percursos de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agnew, R., Matthews, S., Bucher, J., Welcher, A., & Keyes, C. (2008). Socioeconomic Status, Economic Problems, and Delinquency. *Youth & Society*, 40(2), 159-181
- Alarcão, M. (1998). Família e redes sociais – malha a malha se tece a teia. *Interações: revista de animação social*, 7, 93-102.
- Alarcão, M. (2006). *(Des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto
- Benavente, R. (2004). Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 4 (XX): 637-645
- Barra da Costa, J. M. (1999). Delinquência Juvenil. Que política? In R. A. Gonçalves, A. I. Sani, C. Machado & M. Matos (Eds.), *Crimes: práticas e testemunhos*. Braga: Universidade do Minho
- Bomba, M. O. O. (1991). Delinquência Juvenil – A realidade. Que prevenção a nível comunitário? *IV Congresso de psiquiatria S. João de Deus*. Lisboa: Comunicação editorial hospitalidade.
- Baumrind, D. (1966). Effects of Authoritative Parental Control on Child Behavior, *Child Development*, 37(4), 887-907.
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores
- Braconnier, A., & Marcelli, D. (2000). *As Mil Faces da Adolescência*. Lisboa: Climepsi Editores.

- Braconnier, A., & Marcelli, D. (2005). *Adolescência e Psicopatologia*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Brown, S. & Demuth, S. (2004). Family Structure, Family Processes, and Adolescent Delinquency: The Significance of Parental Absence Versus Parental Gender. *Journal of Research in Crime and Delinquency* 41; 58
- Buri, J. R. (1991). Parental Authority Questionnaire. *Journal of Personality Assessment*, 57(1), 110-119
- Caetano, M. J. (2002). Risco e Delinquência: aspectos psicológicos do desenvolvimento. In A. Lúcio, T. Sá, M. J. Caetano, & M. I. Festas (Eds.), *Eu sou um cidadãozinho*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Costa, M. E. (1991). Desenvolvimento da identidade em contexto escolar. In B. P. Campos (Eds.), *Educação e Desenvolvimento Pessoal e Social*. (pp. 143-173) Porto: Edições Afrontamento.
- Ferreira, A. G. & Ferreira, J. A. (2000). Adolescência e o grupo de pares. In T. Medeiros (Eds.), *Adolescência* (pp. 48-77). Lisboa: Direcção Regional da Educação
- Ferreira, P. M. (1997). “Delinquência Juvenil”, família e escola. *Análise Social*, XXXII (143), 913-924
- Festas, M. I. F. (2002). O Papel da Família e da Escola na Prevenção da Delinquência e Violência Infantil. In A. Lúcio, T. Sá, M. J. Caetano, & M. I. Festas (Eds.), *Eu sou um cidadãozinho*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Fierro, A. (1995). Relações sociais na adolescência. In C. Coll, J. Palácios & A. Marchesi, *Desenvolvimento Psicológico e Educação* (Vol1). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Fleming, M. (1997). Adolescência e Autonomia: o desenvolvimento psicológico e a relação com os pais (2ª edição). Porto: Edições Afrontamento.
- Gameiro (1998). Os meus os teus e os nossos. Lisboa: Terra Mar
- Gonçalves, R. (2000). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. Coimbra: Editora Quarteto.
- Ingram, J., Patchin, B., Huebner, B., McCluskey, J. & Bynum, T. (2007). Parents, Friends, and Serious Delinquency: An Examination of Direct and Indirect Effects Among At-Risk Early Adolescents. *Criminal Justice Review*, 32, 380-400.
- Kemp, R., Scholter, R., Overbeek, G., & Engels, R. (2006). Early Adolescent Delinquency: The Role of Parents and Best Friends. *Criminal Justice and Behavior*, 33,488-510
- Kivivuori J. & Salmi, V. (2006). The Association between Social Capital and Juvenile Crime: The Role of Individual and Structural Factor. *European Journal of Criminology*, 3 (2): 123–148

- Le Blanc, M. & Janosz, M. (2002). Regulação familiar da conduta delinquente em adolescentes. In A. C. Fonseca (Ed.) *Comportamento Anti-social e Família: Uma Abordagem Científica* (pp. 37-92). Coimbra: Livraria Almedina.
- Machado, R. (2005). Estilos Parentais e Suporte Social em Adolescentes - Relação com Indisciplina em Contexto Escolar. (Monografia de Licenciatura em Psicologia Educacional). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada
- Maroco, J. & Bispo, R. (2003). *Estatística aplicada às ciências sociais e humanas*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Medeiros, M. T. (2000). A Escola (Re)Construída pelos Adolescentes. In T. Medeiros (Eds.), *Adolescência* (pp. 48-77). Lisboa: Direcção Regional da Educação
- Miguel, M. C. P. L. (2005). Relação entre comportamento escolar, a percepção do estilo parental, do apoio social da família e do grupo de pares na adolescência. (Monografia de Licenciatura em Psicologia Educacional). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada
- Muchielli, L. (2002). Monoparentalidade, divórcio e delinquência juvenil: uma relação empiricamente controversa. In A. C. Fonseca (Ed.) *Comportamento Anti-social e Família: Uma Abordagem Científica* (pp. 213- 244). Coimbra: Livraria Almedina.
- Oberwittler, D. & Naplava, T. (2002). Factores familiares e delinquência juvenil – resultados da investigação sociológica na Alemanha. In A. C. Fonseca (Ed.) *Comportamento Anti-social e Família: Uma Abordagem Científica* (pp.157-180). Coimbra: Livraria Almedina.
- Palácios, J. (1990). Que es la adolescência? In J. Palácios, A. Marchesi, & C. Coll (Eds.), *Desarrollo Psicológico y Education* (vol. 1). Madrid: Alianza.
- Pinto, A. C. (1998). O Impacto das emoções na memória: alguns temas em análise. *Psicologia Educação e Cultura*, 2, 215-235
- Procidano, M. E. & Heller, K. (2000). Perceived Social Support – Friend Scale, Family Scale. In K. Corcoran & J. Fischer (Eds.), *Measures for a Clinical Practice: a Source Book*. American Psychological Association.
- Relvas, A. P. (2000). Adolescente(s), Família(s) e Escola(s). In T. Medeiros (Eds.), *Adolescência* (pp. 48-77). Lisboa: Direcção Regional da Educação
- Relvas, A. P. (2006). *O Ciclo Vital da Família*. (4.^a ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Rodrigues, M., & Machado, C. (1999). Perfis Sócio-Familiares do Risco e da Delinquência. In R. A. Gonçalves, A. I. Sani, C. Machado & M. Matos (Eds.), *Crimes: práticas e testemunhos*. Braga: Universidade do Minho
- Sampaio, D. (2006). *Lavrar o Mar*. Lisboa: Editorial Caminho

- Sani, A. I., & Gonçalves, R. A. (1999). Análise de Características Sócio-Famíliares em Menores (Pré)Delinquentes. In R. A. Gonçalves, A. I. Sani, C. Machado & M. Matos (Eds.), *Crimes: práticas e testemunhos*. Braga: Universidade do Minho
- Schaffer, H. R. (1996). *Desenvolvimento Social da Criança*. Lisboa: Instituto Piaget
- Sprinthall, N., & Collins, W. (2003). *Psicologia do Adolescente: uma abordagem desenvolvimentista*. (3ª edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Strecht, P. (2003). *À Margem do Amor*. (2ª edição). Lisboa: Assírio & Alvin.
- Vallejo-Nágera, A. (2003). *Os Adolescentes e os Pais*. Lisboa: Editorial Presença.

ABSTRACT

According to Baumrind (1996), there are three prototypes of parental authority, which will have different influences in terms of development of children and young people. In this sense, we tried to know the perception that young delinquents have of parental authority and social support of family that they have experienced, using the translated versions of *Parental Authority Questionnaire – PAQ* (Buri, 1991) and *Perceived Social Support Family Scale - PSS-Fa* (Procidano & Heller, 2000). We used a sample of 70 institutionalized individuals in prison, aged between 18 and 24 years old. The results indicated differences in the perceived parental authority, obtaining the highest score in the authoritative prototype, followed by the authoritarian prototype and with a slightly lower score the permissive prototype. The average family social support is above the average range.

ANEXOS

Anexo 1 - Parental Authority Questionnaire

(PAQ)

	<i>Discordo Totalmente</i>	<i>Discordo</i>	<i>Não Concordo Nem Discordo</i>	<i>Concordo</i>	<i>Concordo Totalmente</i>
1. Os meus pais pensam que numa casa “bem orientada”, tanto os filhos como os pais devem ter a oportunidade de fazer as coisas à sua maneira.					
2. Mesmo que não concorde com os meus pais dizem, eles acham que eu devo obedecer-lhes para o meu próprio bem.					
3. Sempre os meus pais me pedem ou me mandam fazer alguma coisa, esperam que eu faça imediatamente e sem questionar as suas ordens.					
4. Quando se estabelecem regras lá em casa, os meus pais debatem comigo as razões e os motivos.					
5. Os meus pais sempre me encorajaram a falar, quando não estava de acordo com as regras e restrições lá de casa.					
6. Os meus pais acham que, os jovens devem ter a sua maneira de pensar e de agir, mesmo que isso vá contra a vontade dos pais.					
7. Os meus pais não admitem que eu ponha em causa as suas decisões.					
8. Os meus pais sempre organizaram as acções dos filhos, com base na argumentação e disciplina.					
9. Os meus pais pensam que, para que os filhos se comportem como desejado,					

	<i>Discordo Totalmente</i>	<i>Discordo</i>	<i>Não Concordo Nem Discordo</i>	<i>Concordo</i>	<i>Concordo Totalmente</i>
os pais devem ser bastante firmes.					
10. Os meus sempre defenderam que eu <u>não</u> devo obedecer a uma regras, só porque alguém com autoridade me disse para fazer.					
11. Sei o que os meus pais esperam de mim mas, sinto-me suficientemente á vontade para falar com eles quando achar que as suas expectativas não são razoáveis.					
12. Os meus pais acham que, pais sensatos devem ensinar desde cedo quem é que manda na família.					
13. Só muito raramente é que os meus pais me orientaram ou disseram o que esperavam do meu comportamento.					
14. Muitas vezes, as decisões familiares que os meus pais tomam, têm por base o que os filhos querem.					
15. Os meus pais costumam orientar-me de forma racional e objectiva.					
16. Os meus pais ficariam muito aborrecidos se eu discordasse deles.					
17. Os meus pais acham que grande parte dos problemas da sociedade seriam resolvidos se os pais <u>não</u> estabelecessem limites às acções dos filhos, à medida que estes vão crescendo.					
18. Desde sempre que os meus pais me mostram que comportamentos esperam de mim e se eu não corresponder a essas expectativas, castigam-me.					
19. Desde sempre os meus pais me deixaram decidir a maior parte das coisas					

	<i>Discordo Totalmente</i>	<i>Discordo</i>	<i>Não Concordo Nem Discordo</i>	<i>Concordo</i>	<i>Concordo Totalmente</i>
por mim mesmo, dando-me poucas orientações.					
20. Os meus pais sempre tiveram em linha de conta as minhas opiniões nas decisões de família, mas não optariam por uma decisão só para me fazer a vontade.					
21. Os meus pais não se sentem responsáveis por orientar o meu comportamento.					
22. Os meus pais têm um padrão de comportamento segundo o qual me orientam, mas mostram-se dispostos a ajustar esse padrão às minhas necessidades.					
23. Os meus pais dão-me orientações e esperam que eu as siga, mas estão sempre disponíveis para conversar se eu tiver dúvida e preocupações.					
24. Os meus pais sempre me deram espaço para ter as minhas opiniões e normalmente deixam-me decidir o que fazer.					
25. Os meus pais pensam que a maior parte dos problemas da sociedade seriam resolvidos, se os pais tratassem dos filhos com rigor e os forçassem a fazer o que é esperado deles.					
26. Os meus pais dizem-me exactamente o que querem e como querem que eu faça.					
27. Os meus pais orientam de forma clara as minhas acções, mas são sempre compreensivos quando eu não concordo com eles.					

	<i>Discordo Totalmente</i>	<i>Discordo</i>	<i>Não Concordo Nem Discordo</i>	<i>Concordo</i>	<i>Concordo Totalmente</i>
28. Os meus pais não orientam os meus comportamentos, actividades e desejos.					
29. Eu sei o que os meus pais esperam de mim em relação a família e insistem que devo conformar-me as suas expectativas por respeito à sua autoridade.					
30. Se os meus pais tomarem uma decisão que me magoa, estão dispostos a debater essa decisão comigo e, se for caso disso, admitirem que erraram.					

Anexo 2 - Perceived Social Support-Family Scale

(PSS-Fa)

	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Não Sei</i>
1. A minha família dá-me o apoio que preciso.			
2. A minha família dá-me boas ideias para resolver as minhas dificuldades.			
3. A maior parte das pessoas sentem-se mais ligadas a família do que eu.			
4. Faço confidências aos membros da minha família que me são mais próximos, mas fico com a ideia de que isso os deixa desconfortáveis.			
5. A minha família gosta de ouvir o que eu penso.			
6. Os membros da minha família partilham muito dos meus interesses.			
7. Alguns membros da minha família vêm ter comigo quando têm problemas ou precisam de conselhos.			
8. Eu conto com a minha família para me apoiar emocionalmente.			
9. Há pelo menos um membro da minha família a quem me posso dirigir se me sentir em baixo, sem que mais tarde me sinta ridículo por isso.			
10. Eu e os membros da minha família sentimo-nos muito à vontade para falarmos sobre o que pensamos acerca das coisas.			
11. Os membros da minha família são sensíveis às minhas necessidades pessoais.			
12. As pessoas da minha família contam comigo para as apoiar emocionalmente.			
13. Os membros da minha família são bons a ajudar-me a resolver problemas.			
14. Eu tenho uma relação de partilha profunda com alguns membros			

	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Não Sei</i>
da minha família.			
15. Com a minha ajuda as pessoas, da minha família conseguem fazer coisas boas.			
16. Quando eu faço confidências a pessoas da minha família, sinto-me desconfortável.			
17. Alguns elementos da minha família procuram-me para camaradagem/ companhia.			
18. Sinto que a minha família me considera uma boa ajuda para resolver os problemas.			
19. A minha relação com os membros da minha família não é tão chegada, como as relações que os outros estabelecem com os membros da sua família.			
20. Eu gostava que a minha família fosse bastante diferente.			

Anexo 3 - Folha de Rosto

Com este estudo pretendemos conhecer o que pensam jovens institucionalizados sobre aspectos relacionados com a família e os amigos. Pedimos-lhe que apele às suas memórias passadas, anteriores à data da institucionalização.

Não existem respostas certas nem erradas, pelo que deve responder de forma o mais honesta possível, não demorando muito tempo a responder cada item e não deixando nenhum item sem resposta. Todos os dados são confidenciais e anónimos. Desde já muito obrigado por participar.

Data de nascimento ___ / ___ / ___

Ano de escolaridade _____

Há quanto tempo se encontra institucionalizado? _____

Onde residia? _____

Tem irmãos? Sim Não

Se sim, quantos? _____ Respectivas idades _____

Com quem vivia antes da institucionalização?

Pai Padrasto

Mãe Madrasta

Irmãos Outros _____

Meios irmãos Quantos? _____ Idades _____

Ano de escolaridade

Pai (Padrasto) _____

Mãe (Madrasta) _____

Profissão

Pai (Padrasto) _____

Mãe (Madrasta) _____

Anexo 4 – Estatísticas Descritivas

Idade

		Idade
N	Valid	69
	Missing	1
Mean		20,20
Median		20,00
Std. Deviation		1,092
Minimum		18
Maximum		24

Tabela de Frequências

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	18	3	4,3	4,3	4,3
	19	14	20,0	20,3	24,6
	20	26	37,1	37,7	62,3
	21	21	30,0	30,4	92,8
	22	3	4,3	4,3	97,1
	23	1	1,4	1,4	98,6
	24	1	1,4	1,4	100,0
	Total	69	98,6	100,0	
Missing	System	1	1,4		
Total		70	100,0		

Escolaridade

		Escolaridade
N	Valid	66
	Missing	4
Mean		6,41
Median		6,00
Std. Deviation		1,913
Minimum		2
Maximum		11

Tabela de Frequência

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2	1	1,4	1,5	1,5
	4	10	14,3	15,2	16,7
	5	9	12,9	13,6	30,3
	6	20	28,6	30,3	60,6
	7	11	15,7	16,7	77,3
	8	3	4,3	4,5	81,8
	9	7	10,0	10,6	92,4
	10	3	4,3	4,5	97,0
	11	2	2,9	3,0	100,0
	Total	66	94,3	100,0	
Missing	System	4	5,7		
Total		70	100,0		

Origem Geográfica

Tabela de Frequência

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		2	2,9	2,9	2,9
	Águeda	1	1,4	1,4	4,3
	Almada	3	4,3	4,3	8,6
	Amadora	4	5,7	5,7	14,3
	Braga	1	1,4	1,4	15,7
	Cacem	1	1,4	1,4	17,1
	Coimbra	1	1,4	1,4	18,6
	Leiria	1	1,4	1,4	20,0
	Lisboa	25	35,7	35,7	55,7
	Loures	1	1,4	1,4	57,1
	Madeira	1	1,4	1,4	58,6
	Oeiras	1	1,4	1,4	60,0
	Ovar	1	1,4	1,4	61,4
	Portimão	2	2,9	2,9	64,3
	Porto	17	24,3	24,3	88,6
	Seixal	1	1,4	1,4	90,0
	Setúbal	1	1,4	1,4	91,4
	Sintra	4	5,7	5,7	97,1
	Vila Franca de Xira	1	1,4	1,4	98,6
	Viseu	1	1,4	1,4	100,0
Total	70	100,0	100,0		

Situação Criminal

		Primário	Reincidente
N	Valid	69	
	Missing	1	
Mean		1,23	
Median		1,00	
Std. Deviation		,425	
Minimum		1	
Maximum		2	

Tabela de Frequência

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Primário	53	75,7	76,8	76,8
	Reincidente	16	22,9	23,2	100,0
	Total	69	98,6	100,0	
Missing	System	1	1,4		
Total		70	100,0		

Período de tempo de institucionalização

		Temp.inst.em meses
N	Valid	65
	Missing	5
Mean		29,82
Median		30,00
Std. Deviation		15,880
Minimum		3
Maximum		60

Tabela de Frequência

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	3	2	2,9	3,1	3,1
	4	1	1,4	1,5	4,6
	5	1	1,4	1,5	6,2
	7	1	1,4	1,5	7,7
	8	1	1,4	1,5	9,2
	12	3	4,3	4,6	13,8
	13	1	1,4	1,5	15,4
	14	3	4,3	4,6	20,0
	15	2	2,9	3,1	23,1
	17	1	1,4	1,5	24,6
	18	4	5,7	6,2	30,8
	20	1	1,4	1,5	32,3
	24	9	12,9	13,8	46,2
	27	1	1,4	1,5	47,7
	29	1	1,4	1,5	49,2
	30	5	7,1	7,7	56,9
	31	3	4,3	4,6	61,5
	32	2	2,9	3,1	64,6
	36	4	5,7	6,2	70,8
	37	1	1,4	1,5	72,3
	38	1	1,4	1,5	73,8
	44	1	1,4	1,5	75,4
	47	1	1,4	1,5	76,9
	48	5	7,1	7,7	84,6
49	1	1,4	1,5	86,2	
51	1	1,4	1,5	87,7	
52	1	1,4	1,5	89,2	
54	3	4,3	4,6	93,8	
55	1	1,4	1,5	95,4	
60	3	4,3	4,6	100,0	
	Total	65	92,9	100,0	
Missing	System	5	7,1		
Total		70	100,0		

Número de Irmãos

		NºIrmãos
N	Valid	70
	Missing	0
Mean		4,47
Median		4,00
Std. Deviation		2,586
Minimum		1
Maximum		14

Tabela de Frequência

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	8	11,4	11,4	11,4
	2	8	11,4	11,4	22,9
	3	15	21,4	21,4	44,3
	4	6	8,6	8,6	52,9
	5	11	15,7	15,7	68,6
	6	8	11,4	11,4	80,0
	7	6	8,6	8,6	88,6
	8	4	5,7	5,7	94,3
	9	1	1,4	1,4	95,7
	10	2	2,9	2,9	98,6
	14	1	1,4	1,4	100,0
	Total		70	100,0	100,0

Posição na Fratria

		Posição na Fratria
N	Valid	58
	Missing	12
Mean		2,12
Median		2,00
Std. Deviation		,623
Minimum		1
Maximum		3

Tabela de Frequência

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Irmão + Novo	8	11,4	13,8	13,8
	Irmão do Meio	35	50,0	60,3	74,1
	Irmão + Velho	15	21,4	25,9	100,0
	Total	58	82,9	100,0	
Missing	System	12	17,1		
Total		70	100,0		

Tipologia Familiar

Tabela de Frequência

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Família Nuclear	23	32,9	33,3	33,3
	Família Reconstruída	8	11,4	11,6	44,9
	Família Monoparental	25	35,7	36,2	81,2
	Substituto Parental	10	14,3	14,5	95,7
	Construiu a sua Própria Família	2	2,9	2,9	98,6
	Instituição de Acolhimento	1	1,4	1,4	100,0
	Total	69	98,6	100,0	
Missing	System	1	1,4		
Total		70	100,0		

Habilitação Pai

Tabela de Frequência

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	1	1,4	2,5	2,5
	1	1	1,4	2,5	5,0
	4	28	40,0	70,0	75,0
	8	1	1,4	2,5	77,5
	9	5	7,1	12,5	90,0
	10	2	2,9	5,0	95,0
	12	1	1,4	2,5	97,5
	14	1	1,4	2,5	100,0
	Total	40	57,1	100,0	
Missing	System	30	42,9		
Total		70	100,0		

Habilitação Mãe

Tabela de Frequência

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	3	4,3	6,7	6,7
	3	2	2,9	4,4	11,1
	4	28	40,0	62,2	73,3
	5	2	2,9	4,4	77,8
	6	2	2,9	4,4	82,2
	7	4	5,7	8,9	91,1
	10	2	2,9	4,4	95,6
	14	2	2,9	4,4	100,0
	Total	45	64,3	100,0	
Missing	System	25	35,7		
Total		70	100,0		

Profissão Pai

Tabela de Frequência

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	21	30,0	30,0	30,0
Camionista	1	1,4	1,4	31,4
Cantoneiro	1	1,4	1,4	32,9
Cantor	1	1,4	1,4	34,3
Carpinteiro	2	2,9	2,9	37,1
Desempregado	1	1,4	1,4	38,6
Distribuidor	1	1,4	1,4	40,0
Empresário	2	2,9	2,9	42,9
Feirante	3	4,3	4,3	47,1
Gestor	1	1,4	1,4	48,6
Jardineiro	1	1,4	1,4	50,0
Jornalista	1	1,4	1,4	51,4
Marceneiro	2	2,9	2,9	54,3
Marinheiro	1	1,4	1,4	55,7
Motorista	1	1,4	1,4	57,1
Operário Const. Civil	1	1,4	1,4	58,6
Operário Fabril	3	4,3	4,3	62,9
Pedreiro	13	18,6	18,6	81,4
Pescador	1	1,4	1,4	82,9
Pintor	1	1,4	1,4	84,3
Reformado	6	8,6	8,6	92,9
Servente	2	2,9	2,9	95,7
Soldador	1	1,4	1,4	97,1
Sucateiro	1	1,4	1,4	98,6
Vend. Ambulante	1	1,4	1,4	100,0
Total	70	100,0	100,0	

Profissão Mãe

Tabela de Frequência

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	18	25,7	25,7	25,7
Administradora	1	1,4	1,4	27,1
Ajudante de Lar	1	1,4	1,4	28,6
Aux. Acção Médica	1	1,4	1,4	30,0
Cantoneira	1	1,4	1,4	31,4
Chefe Cozinha	1	1,4	1,4	32,9
Costureira	2	2,9	2,9	35,7
Cozinheira	3	4,3	4,3	40,0
Desempregada	1	1,4	1,4	41,4
Doméstica	15	21,4	21,4	62,9
Emp. Doméstica	4	5,7	5,7	68,6
Emp. Limpeza	12	17,1	17,1	85,7
Empregada de Mesa	1	1,4	1,4	87,1
Empregado de Balcão	1	1,4	1,4	88,6
Empresária	2	2,9	2,9	91,4
Operária Fabril	3	4,3	4,3	95,7
Secretária	1	1,4	1,4	97,1
Vend. Ambulante	2	2,9	2,9	100,0
Total	70	100,0	100,0	

Anexo 5 – Alfas de Cronback

PAQ – Dimensão permissivo

Case Processing Summary

		N	%
Cases	Valid	61	87,1
	Excluded(a)	9	12,9
	Total	70	100,0

a Listwise deletion based on all variables in the procedure.

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,636	10

PAQ – Dimensão autoritário

Case Processing Summary

		N	%
Cases	Valid	62	88,6
	Excluded(a)	8	11,4
	Total	70	100,0

a Listwise deletion based on all variables in the procedure.

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,740	10

PAQ – Dimensão democrático

Case Processing Summary

		N	%
Cases	Valid	60	85,7
	Excluded(a)	10	14,3
	Total	70	100,0

a Listwise deletion based on all variables in the procedure.

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,721	11

Escala - PSS-Fa

Case Processing Summary

		N	%
Cases	Valid	67	95,7
	Excluded (a)	3	4,3
	Total	70	100,0

a Listwise deletion based on all variables in the procedure.

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,784	20

Anexo 6 – Estadísticas de Teste PAQ

Descriptives

		Statistic	Std. Error	
PAQDEM	Mean	35.86	.663	
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	34.54	
		Upper Bound	37.18	
	5% Trimmed Mean	35.98		
	Median	37.00		
	Variance	30.733		
	Std. Deviation	5.544		
	Minimum	20		
	Maximum	50		
	Range	30		
	Interquartile Range	8		
	Skewness	-.392	.287	
	Kurtosis	.553	.566	
PAQAUT	Mean	34.93	.773	
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	33.39	
		Upper Bound	36.47	
	5% Trimmed Mean	35.06		
	Median	34.00		
	Variance	41.864		
	Std. Deviation	6.470		
	Minimum	19		
	Maximum	49		
	Range	30		
	Interquartile Range	9		
	Skewness	-.292	.287	
	Kurtosis	-.226	.566	
PAQPER	Mean	30.83	.721	
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	29.39	
		Upper Bound	32.27	
	5% Trimmed Mean	30.85		
	Median	31.00		
	Variance	36.405		
	Std. Deviation	6.034		
	Minimum	16		

	Maximum	45	
	Range	29	
	Interquartile Range	10	
	Skewness	-.031	.287
	Kurtosis	-.478	.566

Tests of Normality

	Kolmogorov-Smirnov(a)			Shapiro-Wilk		
	Statistic	Df	Sig.	Statistic	df	Sig.
PAQDEM	.108	70	.043	.979	70	.279
PAQAUT	.112	70	.030	.975	70	.186
PAQPER	.068	70	.200(*)	.988	70	.735

* This is a lower bound of the true significance.

a Lilliefors Significance Correction

Friedman Test Ranks

	Mean Rank
PAQDEM	2.38
PAQAUT	2.15
PAQPER	1.47

Test Statistics(a)

N	70
Chi-Square	33.562
Df	2
Asymp. Sig.	.000
Exact Sig.	.000
Point Probability	.000

a Friedman Test

Anexo 7 – Estatísticas Descritivas da PSS-Fa

Descriptives

		Statistic	Std. Error	
FaTotal	Mean	12.33	.487	
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	11.36	
		Upper Bound	13.30	
	5% Trimmed Mean	12.52		
	Median	12.00		
	Variance	16.630		
	Std. Deviation	4.078		
	Minimum	0		
	Maximum	19		
	Range	19		
	Interquartile Range	5		
	Skewness	-.628	.287	
	Kurtosis	.314	.566	

Anexo 8 – PAQ e Tipologia familiar

Case Processing Summary

	TipologiaFamiliar	Cases					
		Valid		Missing		Total	
		N	Percent	N	Percent	N	Percent
PAQDEM	Família Nuclear	23	100,0%	0	,0%	23	100,0%
	Família Reconstruída	8	100,0%	0	,0%	8	100,0%
	Família Monoparental	25	100,0%	0	,0%	25	100,0%
	Substituto Parental	10	100,0%	0	,0%	10	100,0%
PAQAUT	Família Nuclear	23	100,0%	0	,0%	23	100,0%
	Família Reconstruída	8	100,0%	0	,0%	8	100,0%
	Família Monoparental	25	100,0%	0	,0%	25	100,0%
	Substituto Parental	10	100,0%	0	,0%	10	100,0%
PAQPER	Família Nuclear	23	100,0%	0	,0%	23	100,0%
	Família Reconstruída	8	100,0%	0	,0%	8	100,0%
	Família Monoparental	25	100,0%	0	,0%	25	100,0%
	Substituto Parental	10	100,0%	0	,0%	10	100,0%

Descriptives

PAQDEM	TipologiaFamiliar			Statistic	Std. Error
		Família Nuclear	Mean		37,04
	Família Nuclear	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	34,58	
			Upper Bound	39,51	
	Família Nuclear	5% Trimmed Mean		37,25	
	Família Nuclear	Median		38,00	
	Família Nuclear	Variance		32,498	
	Família Nuclear	Std. Deviation		5,701	
	Família Nuclear	Minimum		20	
	Família Nuclear	Maximum		50	
	Família Nuclear	Range		30	
	Família Nuclear	Interquartile Range		5	
	Família Nuclear	Skewness		-,823	,481
	Família Nuclear	Kurtosis		3,422	,935
	Família Reconstruída	Mean		36,13	1,995
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	31,41	
			Upper Bound	40,84	
	Família Reconstruída	5% Trimmed Mean		36,25	

		Median	38,00	
		Variance	31,839	
		Std. Deviation	5,643	
		Minimum	27	
		Maximum	43	
		Range	16	
		Interquartile Range	9	
		Skewness	-,552	,752
		Kurtosis	-1,063	1,481
	Família Monoparental	Mean	35,44	1,038
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	33,30
			Upper Bound	37,58
		5% Trimmed Mean	35,52	
		Median	36,00	
		Variance	26,923	
		Std. Deviation	5,189	
		Minimum	22	
		Maximum	46	
		Range	24	
		Interquartile Range	6	
		Skewness	-,149	,464
		Kurtosis	,956	,902
	Substituto Parental	Mean	35,20	2,086
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	30,48
			Upper Bound	39,92
		5% Trimmed Mean	35,28	
		Median	37,50	
		Variance	43,511	
		Std. Deviation	6,596	
		Minimum	25	
		Maximum	44	
		Range	19	
		Interquartile Range	12	
		Skewness	-,493	,687
		Kurtosis	-1,177	1,334
PAQAUT	Família Nuclear	Mean	34,78	1,130
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	32,44
			Upper Bound	37,13
		5% Trimmed Mean	34,85	
		Median	34,00	

		Variance	29,360	
		Std. Deviation	5,418	
		Minimum	22	
		Maximum	46	
		Range	24	
		Interquartile Range	8	
		Skewness	,006	,481
		Kurtosis	,260	,935
	Família Reconstruída	Mean	32,75	2,210
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	27,52
			Upper Bound	37,98
		5% Trimmed Mean	33,17	
		Median	34,00	
		Variance	39,071	
		Std. Deviation	6,251	
		Minimum	19	
		Maximum	39	
		Range	20	
		Interquartile Range	7	
		Skewness	-1,723	,752
		Kurtosis	3,666	1,481
	Família Monoparental	Mean	35,72	1,556
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	32,51
			Upper Bound	38,93
		5% Trimmed Mean	35,86	
		Median	40,00	
		Variance	60,543	
		Std. Deviation	7,781	
		Minimum	20	
		Maximum	49	
		Range	29	
		Interquartile Range	12	
		Skewness	-,408	,464
		Kurtosis	-,884	,902
	Substituto Parental	Mean	33,60	2,045
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	28,97
			Upper Bound	38,23
		5% Trimmed Mean	33,39	
		Median	33,00	
		Variance	41,822	

		Std. Deviation	6,467	
		Minimum	25	
		Maximum	46	
		Range	21	
		Interquartile Range	9	
		Skewness	,517	,687
		Kurtosis	,375	1,334
PAQPER	Família Nuclear	Mean	29,87	1,084
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	27,62
			Upper Bound	32,12
		5% Trimmed Mean	29,86	
		Median	30,00	
		Variance	27,028	
		Std. Deviation	5,199	
		Minimum	22	
		Maximum	38	
		Range	16	
		Interquartile Range	10	
		Skewness	,169	,481
		Kurtosis	-1,137	,935
		Família Reconstruída	Mean	29,13
	95% Confidence Interval for Mean		Lower Bound	22,22
			Upper Bound	36,03
	5% Trimmed Mean		29,25	
	Median		30,00	
	Variance		68,125	
	Std. Deviation		8,254	
	Minimum		16	
	Maximum		40	
	Range		24	
	Interquartile Range		15	
	Skewness		-,272	,752
	Kurtosis		-,851	1,481
	Família Monoparental		Mean	31,20
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	28,33
			Upper Bound	34,07
		5% Trimmed Mean	31,09	
Median		31,00		
Variance		48,500		
Std. Deviation		6,964		

		Minimum	20	
		Maximum	45	
		Range	25	
		Interquartile Range	12	
		Skewness	,192	,464
		Kurtosis	-,880	,902
	Substituto Parental	Mean	33,80	1,218
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	31,04
			Upper Bound	36,56
		5% Trimmed Mean	33,83	
		Median	34,50	
		Variance	14,844	
		Std. Deviation	3,853	
		Minimum	28	
		Maximum	39	
		Range	11	
		Interquartile Range	7	
		Skewness	-,218	,687
		Kurtosis	-1,409	1,334

Tests of Normality

	Tipologia Familiar	Kolmogorov-Smirnov(a)			Shapiro-Wilk		
		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
PAQDEM	Família Nuclear	,157	23	,148	,914	23	,049
	Família Reconstruída	,254	8	,138	,917	8	,406
	Família Monoparental	,111	25	,200(*)	,961	25	,438
	Substituto Parental	,208	10	,200(*)	,919	10	,348
PAQAUT	Família Nuclear	,166	23	,099	,954	23	,348
	Família Reconstruída	,266	8	,100	,833	8	,064
	Família Monoparental	,229	25	,002	,933	25	,104
	Substituto Parental	,175	10	,200(*)	,931	10	,458
PAQPER	Família Nuclear	,119	23	,200(*)	,936	23	,149
	Família Reconstruída	,136	8	,200(*)	,972	8	,910
	Família Monoparental	,092	25	,200(*)	,971	25	,679
	Substituto Parental	,166	10	,200(*)	,941	10	,563

* This is a lower bound of the true significance.

a Lilliefors Significance Correction

Test of Homogeneity of Variance

		Levene Statistic	df1	df2	Sig.
PAQDEM	Based on Mean	,635	3	62	,595
	Based on Median	,387	3	62	,763
	Based on Median and with adjusted df	,387	3	57,588	,763
	Based on trimmed mean	,632	3	62	,597
PAQAUT	Based on Mean	2,364	3	62	,080
	Based on Median	1,105	3	62	,354
	Based on Median and with adjusted df	1,105	3	51,605	,356
	Based on trimmed mean	2,346	3	62	,081
PAQPER	Based on Mean	2,365	3	62	,080
	Based on Median	2,341	3	62	,082
	Based on Median and with adjusted df	2,341	3	52,294	,084
	Based on trimmed mean	2,358	3	62	,080

Kruskal-Wallis Test Ranks

	Tipologia Familiar	N	Mean Rank
PAQDEM	Família Nuclear	23	37,20
	Família Reconstruída	8	34,75
	Família Monoparental	25	30,10
	Substituto Parental	10	32,50
	Total	66	
PAQAUT	Família Nuclear	23	33,00
	Família Reconstruída	8	29,25
	Família Monoparental	25	36,64
	Substituto Parental	10	30,20
	Total	66	
PAQPER	Família Nuclear	23	30,02
	Família Reconstruída	8	30,13
	Família Monoparental	25	34,08
	Substituto Parental	10	42,75
	Total	66	

Test Statistics(a,b)

	PAQDEM	PAQAUT	PAQPER
Chi-Square	1,712	1,378	3,358
Df	3	3	3
Asymp. Sig.	,634	,711	,340

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: TipologiaFamiliar

Anexo 12 – PSS-Fa e Estrutura Familiar

Case Processing Summary

Tipologia Familiar		Cases					
		Valid		Missing		Total	
		N	Percent	N	Percent	N	Percent
FaTotal	Família Nuclear	23	100,0%	0	,0%	23	100,0%
	Família Reconstruída	8	100,0%	0	,0%	8	100,0%
	Família Monoparental	25	100,0%	0	,0%	25	100,0%
	Substituto Parental	10	100,0%	0	,0%	10	100,0%

Descriptives

	Tipologia Familiar			Statistic	Std. Error
FaTotal	Família Nuclear	Mean		14,22	,596
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	12,98	
			Upper Bound	15,45	
		5% Trimmed Mean		14,19	
		Median		15,00	
		Variance		8,178	
		Std. Deviation		2,860	
		Minimum		10	
		Maximum		19	
		Range		9	
		Interquartile Range		5	
		Skewness		-,201	,481
		Kurtosis		-1,134	,935
	Família Reconstruída	Mean		12,13	1,619
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	8,30	
			Upper Bound	15,95	
		5% Trimmed Mean		12,19	
		Median		12,00	
		Variance		20,982	
		Std. Deviation		4,581	
		Minimum		4	
		Maximum		19	
		Range		15	
		Interquartile Range		6	
		Skewness		-,226	,752
		Kurtosis		,706	1,481
	Família Monoparental	Mean		11,84	,706
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	10,38	
			Upper Bound	13,30	

		5% Trimmed Mean	11,88	
		Median	12,00	
		Variance	12,473	
		Std. Deviation	3,532	
		Minimum	5	
		Maximum	18	
		Range	13	
		Interquartile Range	5	
		Skewness	-,177	,464
		Kurtosis	-,311	,902
	Substituto Parental	Mean	11,00	1,549
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	7,50
			Upper Bound	14,50
		5% Trimmed Mean	11,06	
		Median	10,50	
		Variance	24,000	
		Std. Deviation	4,899	
		Minimum	3	
		Maximum	18	
		Range	15	
		Interquartile Range	8	
		Skewness	-,149	,687
		Kurtosis	-,761	1,334